



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Izabela Daniely Ferreira Silva / UNEAL.

izabela.silva.prodic2024@alunos.uneal.edu.br

Susanne Messias de Farias / UNEAL.

susanne.m.farias@gmail.com

A MULHER NEGRA NO
PERÍODO COLONIAL DO
BRASIL: uma breve análise da
subjetividade e identidade do
sujeito.

BLACK WOMEN IN THE
COLONIAL PERIOD OF BRAZIL:
A BRIEF ANALYSIS OF THE SUBJECT'S
SUBJECTIVITY AND IDENTITY

RESUMO: Este artigo objetiva discorrer sobre a constituição do sujeito, da subjetividade e identidade da mulher negra na abordagem sócio-histórica do Brasil em seu período colonial. Trazendo para discussão a questão do papel da mulher negra historicamente fixado em uma estrutura social hegemonicamente determinada. As temáticas acerca do sujeito e da subjetividade que surgiram com a ciência moderna e suas emergências na psicologia. É um trabalho de cunho teórico que não se tem a intenção de esgotar a discussão acerca do tema, contudo apontar para algumas reflexões e contextualiza a elaboração conceitual.

Palavras-chave: Sujeito; Subjetividade; Mulher negra.

ABSTRACT: This article aims to discuss the constitution of the subject, subjectivity, and identity of Black women within the sociohistorical framework of colonial Brazil. It addresses the role of Black women historically fixed within a hegemonically determined social structure. It also addresses the themes of subjectivity and subjectivity that emerged with modern science and their emergence in psychology. This theoretical work does not intend to exhaust the discussion on the topic, but rather to offer some reflections and contextualize the conceptual development.

Keywords: Subject; Subjectivity; Black woman.

Introdução

Este trabalho é fruto de uma experiência vivenciada enquanto alunas especiais da disciplina eletiva *Aspectos socioculturais dos sujeitos no contexto atual das Comunidades* ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDic), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). A proposta deste artigo é analisar de forma introdutória, os aspectos de formação do sujeito, com ênfase na constituição histórica da mulher negra no Brasil colonial, cuja representação social foi forjada ao longo do processo de colonização e ainda se perpetuando até a atualidade nas estruturas sociais contemporâneas.

A análise parte dos conceitos fundamentais como sujeito, subjetividade, identidade, desigualdade e exclusão. Questiona-se a existência do sujeito e o papel da subjetividade nos processos de construção do conhecimento, buscando compreender se produção de sentido é uma experiência meramente individual ou se emerge de relações sociais e coletivas. Ainda se pretende examinar a constituição do sujeito e da subjetividade a partir da abordagem sócio-histórica. Diante disso levanta-se algumas problemáticas tais como: essa abordagem dá conta dessas temáticas e de que maneira o faz? Como rompe ou não com as visões subjetivistas e individualistas do sujeito e da subjetividade? Como supera ou não as dicotomias e os dualismos entre o individual e o coletivo?

A partir da explanação brevemente desses conceitos supracitados, propõe-se uma conexão, com o processo histórico de colonização brasileiro, destacando como se construiu, sob a ótica da hegemonia colonial, uma representação dicotômica e funcional da mulher negra no Brasil, cujos efeitos simbólicos e sociais ainda se manifestam na atualidade.

Sujeito, subjetividade e identidade da mulher negra na formação sócio-histórica do Brasil

Este trabalho se justifica que na contemporaneidade, pergunta-se constantemente de que sujeito se fala, que sujeito está presente nas diversas teorias, se o sujeito é agente ou produto, ativo ou passivo, autônomo ou prisioneiro, livre ou assujeitado, interativo ou semiótico (da consciência, da atividade, da linguagem, do inconsciente); sendo uma busca para compreender para que é construído ou constituído de determinações internas e/ou externas; dependendo do(s) lugar(es) que o sujeito ocupa na sociedade de classes sociais antagônicas. Assim, ante a ideologia pós-moderna e a

compreensão da lógica da mercadoria, com base no marxismo, receia-se que essa negociação de sentidos fique deveras limitada.

As temáticas do sujeito e da subjetividade surgiram com a ciência moderna e suas emergências na psicologia (fortemente influenciada pela epistemologia dominante na época, o pensamento naturalista e positivista) e estiveram subordinadas à disciplina, ao controle, à adaptação, à instrumentalidade e à utilidade. (Figueiredo, 1991; Molon, 2003).

O autor Portela (2008) atesta que o mundo contemporâneo determina novas formas de relação, afetando a constituição da subjetividade e, conseqüentemente, levando ao advento de um novo sujeito. A contemporaneidade é marcada pela diversificação e pela rapidez das mudanças, estabelecendo uma crise no sujeito. Tal mudança, por sua vez, gera impacto e mobilização em responder às demandas culturais que vem no alento da pós-modernidade. (POSTIG, 2005).

Segundo Hall (2005) existe na modernidade a visão de que as identidades estão descentradas, desarticuladas e fragmentadas, mas isso decorre da perda de um sentido de si estável. Uma vez que a identidade deixa de ser compreendida como uma essência substancial, como se pode construir a sensação de permanência do sujeito. O contínuo da identidade está cada vez mais sendo movida pelos conteúdos para possibilitar o indivíduo a organizar todas as informações e estímulos que recebe, num processo sucessivo e coerente para si. (HALL, 2005). O indivíduo atual tem sido denominado pela fragmentação de sua identidade, em um mundo assinalado pela diversidade. A controvérsia, hoje, refere-se à pluralidade e à rapidez das mudanças como responsável por uma crise inaugurada nesse sujeito contemporâneo. (HALL, 2005).

Para Foucault “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito”. (Foucault, 1995 p.235). A relação entre os processos de sujeição estão interligados com as questões econômicas e sociais. Nas palavras de Foucault (1995):

Assim pode-se dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras conseqüências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade. Sem dúvida, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. (FOUCAULT, 1995 p.236)

No que diz respeito a subjetividade é entendida nas mais diversas formas: como intrapsicológica, como referente ao mundo privado, por configurações subjetivas, intersubjetividade, como resultante de cruzamento de fluxos linguísticos e agenciamentos sociais. Constituir-se como sujeito é, nesta perspectiva, realizar a dialética do objetivo e do subjetivo, já que o sujeito existe como subjetividade objetivada, que pela subjetividade (negação), se objetiva novamente, encontrando, por meio da subjetividade (negação), uma nova objetivação e assim infinitamente. Em síntese: (...) o subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e que supera em direção de uma objetividade nova; e esta nova objetividade, na sua qualidade de objetivação, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada. Trabalha-se a partir desta proposta ontológica, sujeito e subjetividade não poderão ser sinônimos. A subjetividade é compreendida como uma dimensão do sujeito, assim como a objetividade que, relacionadas dialeticamente no contexto social, produzem o sujeito. Este, na medida em que surge, passa a ser produtor destas relações, revelando-se como uma síntese inacabada, “uma totalização destotalizada e retotalizada para se destotalizar novamente” (Maheirie, 1994, p. 115).

Além disso, uma outra questão fundamental que surge na utilização desta perspectiva ontológica é que as emoções deixam de ser um fenômeno secundário na compreensão do sujeito. Emocionar-se é, de acordo com uma visão não dicotomizada do sujeito, uma possibilidade concreta capaz de proporcionar transformações na história singular e coletiva dos homens. Giddens (1990), preocupado com a esfera da intimidade na construção do fenômeno democrático, chega a afirmar que nossa segurança ontológica (segurança de ser no mundo) é emocional e não cognitiva. Como possibilidade humana, a emoção não está só na esfera do privado e cumprindo um papel subalterno, como nos fez acreditar o racionalismo cartesiano.

No que tange a identidade: “A identidade expressa, nesse caso, “aquilo que somos”. A identidade é, portanto, um processo de criação de sentido pelos grupos e pelos indivíduos (Moreira, 2008 apud Stoer e Magalhães, 2005, p.41). As identidades são construídas por meio das interações que temos com as outras pessoas, diferentes grupos nos quais nós vamos nos identificando ou nos diferenciando. Pelo fato de a identidade ser construída através dessas relações é justamente por isso que não deve ser admitida como uma essência do sujeito. Ela não é fixa, não é estável, não é homogênea e nem definitiva. Pelo contrário, ela é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente e inacabada, justamente por estar sempre em processo de transformação.

O que dizemos reforça uma identidade, quando pensamos que estamos só descrevendo (força do ato linguístico na produção de identidade vem da repetição) A exemplo disso: assaltantes negros possuem identidade que se associa a diferença e desigualdade, nós somos o que os outros não são. (Moreira, 2008) Também construídas socialmente, geralmente as diferenças são “associadas a diferença ao conjunto de princípios de seleção, inclusão e exclusão que norteiam a forma pela qual indivíduos marginalizados são situados e constituídos em teorias, políticas e práticas sociais dominantes” (Mccarthy, 1998 apud Moreira, 2008, p. 44). Com base nessas diferenças, formam-se grupos distintos, "nós" e "eles", dos quais o primeiro usualmente corresponde ao hegemônico, ao "normal", ao "superior", ao socialmente *aceito*, ao exemplo a ser seguido Já o grupo dos “eles” é integrado pelos excluídos - os "anormais", "inferiores" estranhos", "impuros", que precisam ser mantidos à distância, em seus "devidos" lugares (Baumam (1998) apud Moreira, 2008 p.44-45).

Moreira (2008) ainda afirma sobre identidade que “torna-se claro que as diferenças são construídas socialmente e que, subjacentes a elas, se encontram relações de poder. O processo de produção da diferença é um processo social, não algo natural ou inevitável” (p.44). Não há identidade fora do meio social.

Quando se separa os sujeitos em grupos distintos emerge a necessidade de identificar com clareza a existência dos preconceitos e discriminações para verificar se elas afetam as experiências pessoais. Uma vez que estes grupos não são apenas antagônicos, mas se sobrepõem. Tal sobreposição é oriunda dos sistemas extremamente nocivos que são: a desigualdade e a exclusão. Santos conceitua ambos fenômenos da seguinte maneira:

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas. (Santos, 1999 p.2)

O autor Santos (1999) conceitua tais sistemas a partir da perspectiva do modo de produção capitalista, modelo de acumulação posterior a escravidão vivenciada no Brasil durante quase quatrocentos anos. Este modelo de produção no qual explora os outros

sujeitos excluídos do poder hegemônico é o que será mencionado em seguida, a grosso modo, contextualizando o sujeito da mulher negra. Santos afirma:

Se Marx é o grande teorizador da desigualdade, Foucault é o grande teorizador da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. (Santos, 1999 p.2)

Com isso, ambos sistemas têm processos de gênese específicos de manifestação. E o autor ainda avança da discussão quando diz que tanto a desigualdade quanto a exclusão “são importantes duas outras formas de hierarquização que são, de algum modo, híbridas uma vez que contêm elementos próprios da desigualdade e da exclusão: o racismo e o sexismo.” (Santos, 1999, p.3) Santos teoriza que:

No caso do sexismo, o princípio da exclusão assenta na distinção entre o espaço público e o espaço privado e o princípio da integração desigual, no papel da mulher na reprodução da força do trabalho no seio da família e, mais tarde, tal como o racismo, pela integração em formas desvalorizadas de força do trabalho. Por um lado, a etnicização/racialização da força de trabalho. Por outro, a sexização da força de trabalho. O racismo e o sexismo são, pois, dispositivos de hierarquização que combinam a desigualdade de Marx e a exclusão de Foucault. (Santos, 1999 p.3-4)

A hibridação da desigualdade e exclusão constituem dispositivos hierarquicamente e hegemonicamente postos. Considerando o processo histórico de formação brasileira, existe uma configuração multicultural particularizada se comparada com os demais processos de colonização dos países da América Latina. Nossa história é perpassada pela escravidão, que segundo Santos, “quer a desigualdade, quer a exclusão permitem diferentes graus. O grau extremo de exclusão é o extermínio: o extermínio dos judeus e dos ciganos no nazismo, a limpeza étnica dos nossos dias. O grau extremo da desigualdade é a escravatura”. (Santos, 1999, p.4). Vale salientar, que o argumento de que o Brasil é um país instituído através da miscigenação, argumento este sustentado por muitos anos. Implica dizer que o Brasil é um país de diversidade étnico-racial. No entanto, Candau¹ (2008) afirma que:

A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do "outro" ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua

¹ _____, Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

alteridade. Os processos de negação do "outro" também se dão no plano das representações e no imaginário social. (Candau, 2008 p.17)

Com isso, entende-se que as relações étnico-raciais se deram de forma violenta e dolorosa, especialmente para índios e negros escravizados, negando e silenciando o processo de formação destes em detrimento da valorização da cultura hegemônica eurocêntrica. Candau (2008) ainda tratando sobre as questões de multiculturalidade diz:

A problemática multicultural nos coloca de modo privilegiado diante dos sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão. (Candau, 2008 p.17)

Recentemente estão sendo debatidos e produzidos conhecimento acerca da temática de multiculturalismo, nos quais se resgata as questões de identidade de ser, em especial das questões étnicas e seus impactos na sociedade que padroniza/homogeneiza os sujeitos para uma cultura hierarquicamente imposta. O multiculturalismo entendido apenas enquanto diversidade étnico-racial, dissimula as desigualdades existentes, bem como outras modalidades de opressão, a saber: machismo, racismo, sexismo, desigualdade e exclusão. Segundo Santos (1999), desigualdade e a exclusão têm na modernidade um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social.

No tocante à escravização “é difícil dizer a quantidade exata de homens, mulheres e crianças africanas arrancadas de seu continente e trazidas como escravos para o Brasil. Rui Barbosa, em 1890, era Ministro das Finanças e mandou queimar toda documentação sobre a escravidão”. (Caputo², 2008 p.151) Caputo (2008) afirma no livro *As religiões africanas no Brasil*, que “esse gesto teve a intenção de apagar a mancha escravocrata do país, mas não facilitou a tarefa dos historiadores” (Bastide (1971) apud Caputo, 2008, p.151). Sendo assim, reforçando a negação do outro, da sua identidade, da sua contribuição, da sua alteridade e porque não da sua existência. Nas palavras de Monteiro (2010) :

² _____, Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O pressuposto explica a peculiaridade do racismo no Brasil, que combina diferenciação na estratificação social com práticas discriminatórias, em uma dinâmica que acentua ora a pobreza do negro, ora a desvalorização de sua condição étnica. Isso significa dizer que o racismo no Brasil incide na população negra brasileira determinando duas condições sociais, a pobreza e a discriminação racial. (Monteiro, 2010, pg. 274 – Módulo 1 caderno do curso: Saúde da População Negra – UNASUS)

Mesmo com o final da escravidão a lógica de sociabilidade em que o negro é inferior, subalternizado e “escravo”, assevera práticas discriminatórias outrora publicizada, porém no contexto atual se dá de uma forma mais velada. E esse fenômeno sócio-histórico estabiliza uma estrutura ideológica que perpassa as instâncias sociais, inclusive o Estado. Esse fenômeno estrutural, endossa o racismo institucional no Brasil e fomentando as suas iniquidades

Em se tratando da condição histórica da mulher negra, para as autoras Sales e Santos (2018), é uma situação marcada “pelo machismo, sexismo e racismo, tripé de opressões herdado e fundamentado no patriarcado colonial” (p.43). Após um século da abolição da escravatura, a população negra “libertada” esteve à mercê da benevolência das Santas Casas de Misericórdia e de seus saberes ancestrais como: os chás, banhos, cozinheiros etc. As políticas sociais são resultado de muitas lutas de classe para a garantia dos mínimos sociais à população em situação de vulnerabilidade social. E mesmo sendo um direito constituído e assegurado pela Constituição Federal de 1988, não implica necessariamente que a oferta de serviço seja de qualidade, eficiência e eficácia. Tampouco no que se refere aos profissionais. Nesse contexto emerge o fenômeno chamado racismo institucional. Porém, não entraremos no cerne dessa questão. Esta condição de vida da grande maioria das mulheres negras do Brasil apontada acima são desdobramentos, que segundo Carneiro (2011) trata-se de uma “asfixia social” vivenciada pelas mulheres negras. Esta asfixia social é produzida pelo racismo e sexismo.

São também considerados desdobramentos as “sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração” (Carneiro, 2011 p.128). A autora Carneiro (2011) menciona a expressão “matriarcado da pobreza”³, se referindo ao discurso de Fernando Henrique Cardoso em 1995 no

³ É um termo cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram a experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar o despeito

tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares afirmou que “o ápice da exclusão social no Brasil poderia ser retratado por uma mulher negra, chefe de família das regiões norte e nordeste” (Carneiro, 2011 p. 130).

Outra expressão que se assemelha bastante com a expressão supracitada é a “feminização da pobreza”. Termo que teve sua ideia embrionária em 1970, porém 1990 tornou-se mais popularizada. Segundo Medeiros e Costa (2008) os conceitos de feminização e pobreza correspondem a pobreza como sendo: “uma falta de recursos, capacidades ou liberdades que comumente são chamadas de dimensões da pobreza.” E feminização “pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero em qualquer destas dimensões. A feminização é uma ação, um processo de se tornar mais feminina.” (Medeiros e Costa, 2008). Com isso, conclui-se que a exclusão social e a pobreza têm cor, classe e gênero. Os autores afirmam que:

A feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de níveis mais elevados de pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Feminização é um processo, enquanto “maior nível de pobreza” é um estado. Feminização também é um conceito relativo baseado em uma comparação entre homens e mulheres, incluindo os domicílios chefiados por eles. O importante aqui é a diferença entre homens e mulheres em cada momento. Uma vez que o conceito é relativo, feminização não implica necessariamente em uma piora absoluta na pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Se a pobreza é reduzida drasticamente entre os homens e apenas ligeiramente entre as mulheres, haveria ainda uma feminização da pobreza. (Medeiros e Costa, 2008).

A partir desta ideia se detém a dimensão de gênero da pobreza. A feminização da pobreza combina dois fenômenos indissociáveis: pobreza e desigualdade de gênero. (Medeiros e Costa, 2008). Ambos termos matriarcado da miséria e feminização da pobreza colocam a mulher negra como perpetuadora de “males sociais”. A que traz no ventre a escória para a sociedade.

Retomando o contexto histórico, considera-se apropriado após a reflexão acerca da mulher negra objetificada, subserviente e silenciosa do período colonial, mostrar que com o passar do tempo o debate sobre a sua representatividade em seu lugar de fala foi sendo efetivado. O movimento feminista negro vem alargando esse conceito de direito reprodutivo. Em se tratando de feminismo e feminismo negro Rosa afirma que:

dessas condições, o seu papel de resistência e lideranças em suas comunidades miseráveis em todo país. (Carneiro, 2011 p. 130)

Um dos pontos principais que permitem marcar a diferenciação entre o movimento feminista e movimento feminista negro são os contextos históricos a partir de onde emergiram. Enquanto o feminismo branco reproduz a racionalidade do pensamento iluminista, o feminismo negro emerge em um contexto de escravidão e, portanto, reproduz a racionalidade de luta e resistência das mulheres deste contexto. (Rosa, 2018 p. 34)

O feminismo negro se constitui quando incorpora a temática de raça e gênero ao debate feminista que sua vez se concentra nas relações de trabalho (Rosa, 2018). O movimento negro feminista considera o processo histórico no qual a “figura” da mulher negra perpassou e com isso torna indissociável os aspectos da estrutura de opressão do seu movimento de luta.

A ferramenta utilizada para análise dessa indissociabilidade é a interseccionalidade. A principal pensadora acerca da interseccionalidade foi Kimberly Crenshaw que “introduziu a teoria da interseccionalidade à teoria feminista em 1989, tornando-se a primeira pessoa a usar essa palavra nesse contexto de feminismo.” (Rosa, 2018 p. 52). O conceito de interseccionalidade vai além da soma do racismo e sexismo. Segundo Rosa (2018):

Utilizando a interseccionalidade como categoria analítica, Crenshaw permite a compreensão de como as especificidades levam à marginalidade de mulheres negras nos discursos sobre direitos. “Interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2002 apud Rosa, 2018 p. 53).

A tendência de movimentos feministas e antirracistas é pensar nas dimensões gênero, raça e classe como se fosse problemas não inerentes à totalidade do sujeito, que podem ser resolvidos separadamente. Como se não pudesse ser a mesma pessoa sendo perpassada por estas dimensões. A interseccionalidade também aponta a sobreposição de um grupo sobre o outro nas relações de poder. A exemplo disso temos a fala do governador do Rio de Janeiro em 2007, Sérgio Cabral, que defende a legalização do aborto sob a perspectiva de “forma de prevenção e contenção da violência, por considerar a fertilidade das mulheres das favelas cariocas [...] ‘fábricas de produzir marginais’” (Carneiro, 2011 p. 137). Revelando na visão interseccional as relações de biopoder.

A questão da biopolítica está balizado nos pilares da desigualdade de classe e raça, e com isso dá-se a continuidade do discurso eugênico de que a marginalidade e a pobreza são continuadas pela falta de controle reprodutivo. Pesquisadores e ativistas sociais em 1980, investigam as possíveis razões para a esterilização de mulheres de

baixa renda. E descobriram que a medicalização e a falta de opções de métodos contraceptivos contribuem para que o médico possa decidir pela esterilização dessas mulheres (Rosa, 2018). Em 1996 foi promulgada a lei nº 9.263 que trata sobre laqueadura, esta lei também foi chamada de “lei do planejamento familiar”. Essa lei inclusive fortaleceu o procedimento cirúrgico como contraceptivo eficiente em virtude de não ter uma política de saúde reprodutiva. E foi notada uma esterilização em massa especialmente em mulheres negras neste período.

De acordo com o Censo do IBGE 2022 a população brasileira atingiu um total de 203,1 milhões de pessoas que se declaram negras (pretas e pardas) o que mostra um crescimento de quase 6,5% em comparação com os dados coletados pelo Censo 2010 que registrou mais de 110 milhões se declaram negras. O Informe MIR do Censo Demográfico de 2022 mostra que ao analisar os dados com recorte de cor ou raça e sexo, observa-se que as mulheres pardas representam o maior grupo populacional. São quase 47 milhões de mulheres pardas, que, somadas às mulheres pretas, totalizam mais de 57 milhões de mulheres negras. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...)”, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”

A estrutura social determina o lugar da mulher negra na sociedade de maneira histórica e hegemônica. Essas autoras fazem reflexões sobre a condição da mulher negra escravizada num contexto colonial do Brasil a partir da leitura da obra de Freyre (2003) “Casa grande e senzala” que trata da relação étnica estabelecida entre o colonizador homem branco português e a subserviente, silenciada e submissa mulher negra. No que se refere a sexualização das mulheres negras, as autoras pontuam:

Com base na análise sobre a iniciação sexual do homem branco apresentada de forma eufemizada pelo autor, quando o mesmo categoriza todas as funções desempenhadas pela mulher negra: dos cuidados maternos à “iniciação” no amor, é possível destacar a presença de uma das principais estruturas que sustenta o mito da democracia racial, a miscigenação, como processo que tangencia a possibilidade de denúncia do segmento oprimido aqui problematizado: a mulher negra, em sua condição de submissa e subserviente. (Sales e Santos, 2018 p. 44)

Vale salientar que algumas dessas mulheres negras eram vítimas de estupro por parte dos seus senhores, e a essa violência se atribuiu nome de miscigenação, inclusive

é bem verdade que esse fenômeno multicultural é tratado de forma romantizada. Na citação acima retrata qual a função da mulher negra na estrutura social, que vai desde dos cuidados com a criança, exercendo o papel de babá, até a “iniciação” sexual do seu “dono”. Revela essa mulher como um sujeito que não pensa, nem fala, justamente pela sua condição de ser objeto para atender as necessidades do outro. Com isso, “a desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante o período da escravidão que não foi alterado no decurso de centenas de anos.” (Sales e Santos, 2018 p.45 apud HOOKS, 1981, p.40) Tais estereótipos são difundidos e reafirmados ao longo da história no tocante a objetificação e a naturalização de posse da mulher negra.

Quando foram obrigadas a manter relação sexual, tanto na senzala, quanto na casa-grande. Na senzala para multiplicar a quantidade de escravos designados ao trabalho no campo. Na casa-grande, sexualmente objetificadas e responsáveis pela realização das atividades domésticas. À serviço do “romantizado” português (p.45)

A mulher que possui o perfil hipersexualizado e daquela para os trabalhos domésticos, mas também a reprodução sexual da mulher negra não se restringia apenas aos desmandos do “dono”, mas também garantia a reprodução da força de trabalho da senzala. O dito da diversidade étnico-racial esconde as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos privilegiando a população branca. Reforçando assim, as desigualdades de classe de gênero e de raça.

Considerações finais

É relevante observar-se essas novas formas de estabelecer relações, que consequentemente têm levado o sujeito a uma nova constituição da sua subjetividade. Devido à rapidez e diversificação na contemporaneidade, o indivíduo vive uma crise, a sua identidade está fragmentada, discorre da perda de um sentido de si estável. Há uma sucessão de diferentes identidades.

A complexidade das representações acerca da população negra indica um arcabouço formulado historicamente no sentido de vigiar seu corpo, aprisioná-lo em uma identidade atribuída socialmente, construída por uma rede de significações que nada mais são além de armas inventadas com intuito de preservar hierarquias sociais. As violências físicas e simbólicas criam dificuldades à formação de sentimento de pertencimento racial, fortalecendo obstáculos ao seu posicionamento político. É

importante destacar que as representações negativas sobre a população negra prejudicam as relações étnico-raciais entre negros e não negros ocasionando deturpação em suas identidades individuais e de grupo.

Pode-se então dizer que atualmente houve uma ampliação considerável com relação ao debate acerca das diferenças e combate ao racismo na sociedade brasileira. No entanto, mesmo após a sua inclusão, a Lei 10.639/2003 ainda encontra dificuldades para sua concretização, pois ainda se considera que a lei só interessa aos negros, considerados erradamente como parcela, e não maioria, da população brasileira. Além disso, infelizmente não são muitos os espaços que se abrem a discussões em torno da diversidade e do combate à discriminação e preconceito racial.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. [online] São Paulo, SP. Selo Negro, 2011 p.127-135.

FIGUEIREDO, L. C. M. (1991). **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FOUCAULT, Michael. **O sujeito e o poder**. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAHEIRIE, Kátia. (1994). **Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

MEDEIROS, Marcelo; Costa Joana. **O que Entendemos por “Feminização da Pobreza** “Is There a Feminization of Poverty in Latin America?”[Há uma feminização da pobreza na América Latina?] World Development 36 (1): Centro Internacional da pobreza, nº58, Outubro de 2008. p.115-127.

PORTELA, Marco Antônio. **A crise da psicologia clínica no mundo contemporâneo**. Estud. psicol., Campinas, v. 25, n. 1, p.131-140, jan./mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103166X2008000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 dez. 2019.

ROSA, Camila Simões. **A interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão do Encarceramento de mulheres negras.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 2018

SÁ, Edvaldo Batista de; SANTOS, Yuri Luciano; SILVA, Tatiana Dias. **Edição Censo Demográfico 2022.** Ministério da Igualdade Racial. (Informe MIR - Monitoramento e Avaliação, nº 3). Brasília: DF, fev. 2024. 13 p.

SALES, Sandra Regina; SANTOS, Gyme Gessyka Pereira. **A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial:** O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, MG, v.31, nº1, p.40-62, jan./jun. 2018.

SANTOS, Silva Boaventura. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Oficina do CES n. o 135. - Coimbra, janeiro de 1999.

SILVEIRA, K MAHEIRIE R. **Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade.** Florianópolis/SC. Disponível em: file:///C:/Users/Susanne/Desktop/v7n13a03.pdf

_____, Ministério da Saúde. Universidade Aberta do SUS. Fundação Oswaldo Cruz. **Curso Saúde da População Negra.** Módulo 1 caderno do curso: Saúde da População Negra – UNASUS Brasília – DF, 2019

_____, **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Mestranda do Programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - PRODIC na linha de pesquisa II: Território, Sociedade e Desenvolvimento, (2024-2026) pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Possui Pós-graduação em Elaboração e Avaliação de Políticas Públicas (2012), Estratégia em Saúde coletiva (2018) e Ensino em docência (2020); Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Atualmente é assistente social da Prefeitura Municipal de Arapiraca. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Assistência Social.

CV: <http://lattes.cnpq.br/4886840209304352>

Susanne Messias de Farias

Mestrado em DINÂMICAS TERRITORIAIS E CULTURA pela Universidade Estadual de Alagoas, Brasil (2023)

CV: <http://lattes.cnpq.br/1113873112295899>
